

**PROGRAMA DE GOVERNO PARA O ESTADO
DE SERGIPE**

CANDIDATO

ANTONIO CARLOS VALADARES FILHO

Gestão 2019-2022

**PROGRAMA DE GOVERNO PARA O ESTADO DE SERGIPE
CANDIDATO: ANTONIO CARLOS VALADARES FILHO
GESTÃO: 2019 A 2022**

INTRODUÇÃO

O Brasil vem atravessando uma grave crise social, política e econômica sem precedentes. Como uma unidade da federação brasileira, o Estado de Sergipe foi afetado por esta crise de forma intensa e, também, vive momentos de dificuldades agravados pela limitação de recursos e de atividades econômicas capazes de atender aos anseios de sua população. Por outro lado, o poder público não tem correspondido com ações que contemplem as necessidades da gente sergipana, contribuindo para a baixa qualidade de vida.

Embora o cidadão seja a razão precípua da administração pública, o desempenho do Governo, através da oferta de serviços, tem sido bem aquém dos anseios da população, com serviços de saúde precários, de educação com baixos níveis de rendimento e uma insegurança que vitima jovens, especialmente do sexo masculino, e coloca o Estado entre os mais violentos do país (6º lugar, em 2017).

Os últimos governantes não têm conseguido resolver os problemas do Estado, mantendo uma estrutura pesada que carece de novos posicionamentos para enfrentar os desafios que estão postos nesse momento difícil da vida estadual e nacional.

A gente sergipana exige mudanças e uma tomada de posição diante dos desmandos que têm ocorrido ao longo dos anos, com reflexos danosos para todos. Assim, torna-se necessária uma gestão pública eficiente, com a adoção de medidas e de ações efetivas que possam superar os desafios que estão postos, com impactos positivos sobre a vida da população que, atualmente, supera os dois milhões de pessoas.

Diante desse quadro sombrio e com o desejo de contribuir com essa gente sergipana, estamos pleiteando a possibilidade de assumir o Governo do Estado, imbuídos do espírito democrático, na perspectiva de trabalhar de forma séria e transparente em prol da solução dos problemas sociais e da condução dessa gente valorosa na busca por um futuro mais promissor.

Nosso compromisso é com o cidadão a quem devemos todo respeito e atenção, por isso, vamos desenvolver ações em todos os pontos do Estado, desde a capital, até aqueles

povoados mais longínquos do Sertão, onde estão pessoas dignas e devotadas ao trabalho e ao seu lugar, favorecendo a toda gente sergipana.

Quatro pilares dão sustentação a este Programa de Governo, que tem como lema “Um Novo Sergipe para Nossa Gente”. Estes pilares, que se fundamentam na melhoria a qualidade de vida dos sergipanos, abrangem todas as áreas inerentes ao desenvolvimento das ações de governo: 1) Vida Mais Digna Pra Nossa Gente, 2) Investimentos e Desenvolvimento Pra Nossa Gente, 3) Emprego e Renda Pra Nossa Gente e 4) Eficiência e Transparência Pra Nossa Gente.

ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

PILARES E ÁREAS

Quatro pilares dão sustentação a este Programa de Governo, que tem como fundamento básico a melhoria da qualidade de vida do povo sergipano. Estes pilares abrangem todas as áreas inerentes ao desenvolvimento das ações de governo:

Pilar 1 - Vida Mais Digna Pra Nossa Gente

Promover mais dignidade é condição primordial para melhorar a vida das pessoas. Isso se constrói a partir da igualdade social, do acesso pleno a saúde e educação de qualidade, à justiça, com segurança pública que devolva paz às nossas famílias, e olhar especial para os jovens, idosos, mulheres e minorias. Diante disso, Saúde, Educação, Promoção Social e Cidadania, Segurança e Justiça, Cultura e Patrimônio, Esporte e Lazer, são temas prioritários nesse primeiro pilar.

Pilar 2 - Investimentos e Desenvolvimento Pra Nossa Gente

Reconstruir o estado com foco no desenvolvimento sustentável dos municípios e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Do Saneamento Básico a Habitação. Da Mobilidade ao uso da internet. Da preservação do meio ambiente a realização de obras estruturantes. Nesse pilar, temas prioritários como Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Saneamento Básico, Habitação, Desenvolvimento Regional são fundamentais.

Pilar 3 - Emprego e Renda Pra Nossa Gente

Promover condições ao nosso povo de empreender e ter acesso a emprego e renda. Gerar riqueza e desenvolvimento econômico através do apoio a agricultura, pecuária e pesca, da atração de indústrias, do fomento ao comércio e ao turismo, com ênfase na tecnologia, na inovação e na qualificação da nossa gente. Neste caso, Agricultura, Pecuária e Pesca, Indústria, Recursos Minerais, Comércio e Serviços, Turismo e Eventos, Qualificação Profissional, Ciência, Tecnologia e Inovação são temas relevantes para esse pilar.

Pilar 4 - Eficiência e Transparência Pra Nossa Gente

O Sergipe que queremos é aquele no qual o dinheiro público seja usado de forma eficiente para melhorar a vida da população, e que a gestão dos recursos do estado seja feita de forma transparente, com foco no resultado e acompanhamento de metas, com contas abertas e fiscalizadas pelo povo. Assim, os temas prioritários deste pilar são Administração e Previdência, Planejamento e Controle, Finanças, Articulação Institucional.

1. VIDA MAIS DIGNA PARA NOSSA GENTE

Localizado na Região Nordeste do Brasil, o Estado de Sergipe tem uma área territorial de 21.918 km² e abriga uma população estimada em 2.286.918 habitantes, distribuídos de forma irregular pelo espaço. Este espaço, para fins de planejamento, está dividido em oito territórios que apresentam peculiaridades a partir das condições ambientais, econômicas e culturais, sendo eles: Alto Sertão Sergipano, Baixo São Francisco, Médio Sertão Sergipano, Agreste Central Sergipano, Leste Sergipano, Grande Aracaju, Centro Sul Sergipano e Sul Sergipano. No Território da Grande Aracaju estão concentrados 1.054.511 habitantes o que corresponde a 46,08% da população estadual.

No conjunto da população predominam as mulheres que correspondem a 52% do total e que apresentam uma expectativa de vida de 76 anos, bem superior aos homens (69 anos) e com participação ativa na vida social e econômica, mesmo em muitos casos tendo rendimentos inferiores aos homens. Nas atividades agrícolas, Sergipe se destaca por ser o Estado nordestino que tem a maior participação de produtoras rurais, dirigentes dos estabelecimentos.

Uma forte característica da população sergipana é a desigualdade social da qual resulta intensa exclusão social que se caracteriza pelo baixo nível de escolaridade ou mesmo do analfabetismo (14% da população de 15 anos e mais) (IBGE,2015), pelo baixo nível de renda e pela carência de serviços essenciais como abastecimento de água, de esgotamento sanitário, da coleta e tratamento dos resíduos sólidos, com fortes reflexos sobre a saúde da população e, conseqüentemente, sobre a qualidade de vida.

Essa desigualdade fica explícita através do Índice de Desenvolvimento Humano que em 2014 atinge o nível médio (0,681), evidenciando os baixos níveis da educação (0,560) e de renda (0,672) e apresentando melhoria apenas na longevidade (0,781). Sergipe fica na 20ª posição no cenário nacional e apenas o município de Aracaju apresenta índice alto, enquanto 57% dos municípios tem índice baixo e 41% médio. Os municípios de Poço Redondo, Riachão do Dantas e Brejo Grande apresentam os menores índices.

Os níveis de escolaridade da população de 10 anos e mais ainda são baixos, sendo que 63% da população de 10 anos e mais tem de um a sete anos de estudo ou são sem escolaridade. Por outro lado, 20,1% tem Ensino Médio Completo e apenas 4,1% tem ensino superior (IBGE, PNAD,2017). Nesta última década, vem se registrando a redução no número de matrículas no Ensino Fundamental como fruto da diminuição dos nascimentos.

A qualidade do ensino da rede pública ainda é baixa, pois não tem sido capaz de resolver os problemas de repetência, evasão/abandono e mesmo de aprendizagem, com baixos níveis de rendimento do ensino básico. Em 2015, os dados de reprovação nos anos iniciais do ensino fundamental revelam situação bem superior (11,8%) aquela apresentada pelo Brasil (5,9%) e mesmo tendo ocorrido a redução nos índices de evasão (3,9%) ainda são superiores ao Nordeste e ao Brasil, 3,1 e 1,9, respectivamente. Esta situação está evidenciada nos resultados apresentados no Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico – IDEB que não atingiram as metas definidas pelo Ministério da Educação. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, em 2015, o índice alcançado foi 4,3, enquanto para os anos finais, o índice foi de apenas 2,9. Por outro lado, no Ensino Médio o índice foi menor ainda: 2,6, ficando bem distante da meta a ser alcançada, em 2021, que é de 4,7. Assim torna-se urgente a adoção de medidas voltadas para a melhoria das condições de ensino a fim de que se obtenha melhor qualidade e, portanto, resultados satisfatórios para a população.

Como no restante do Brasil, o Estado de Sergipe está passando por uma transição demográfica, apresentando redução da natalidade e da mortalidade, com reflexos na pirâmide etária que apresenta redução da participação dos jovens, assim como o crescimento da participação dos adultos e dos idosos. A esperança de vida ao nascer atinge 72,4 anos, indicando maior longevidade (IBGE, 2017). Esta situação exige que o Governo adote medidas de proteção e de apoio ao idoso.

Quanto aos serviços de saúde pública, também ainda há um distanciamento daquilo que seria ideal para o atendimento das necessidades da população. Hospitais com carências na infraestrutura, de médicos especializados ou de medicamentos são problemas rotineiros causando desconforto e descontentamento aos usuários. A demora no atendimento para casos mais graves, muitas vezes, tem acelerado o agravamento das doenças. Pacientes que passam anos aguardando autorização para uma cirurgia ou para procedimentos de

tratamento médico, como quimioterapia, hemodiálise, cirurgias ortopédicas ou mesmo a longa espera de medicamentos para doenças mais complexas são também fatos corriqueiros, embora, inúmeras vezes, muitos casos têm chegado a judicialização. Estes fatos são inadmissíveis, uma vez que se deve buscar a universalização, conforme preconizado pelo Sistema Único de Saúde-SUS. Além disso, doenças que já estavam erradicadas retomam, evidenciando a fragilidade dos serviços ofertados. Nos últimos anos, a mortalidade infantil vem se apresentando decrescente, sendo que, em 2016, atingiu 15,50 por mil nascidos vivos, próximo da média nacional que é de 14 por mil nascidos vivos.

Outro ponto que se constitui preocupação para o cidadão é a Segurança Pública. Nos últimos anos, a violência vem se acentuando com grande número de ocorrências, especialmente os homicídios que atinge em sua maior parte jovens do sexo masculino. Em 2017, Sergipe apresentou a taxa de 55,7 homicídios por mil habitantes, condição extremamente elevada, ficando em sexto lugar no conjunto da federação. Além dos homicídios, tem sido frequente os roubos e furtos de veículos e de cargas, assim como roubos a bancos, violência contra mulher, crianças e idosos, acentuando os conflitos.

A insuficiência de quadros na Polícia Militar e Civil, assim como as carências estruturais e de equipamentos dificultam o controle e a solução de muitos casos de violência. Em 2017, a Polícia Militar dispunha de um efetivo de 5.367 militares, enquanto a Polícia Civil contava com 1.387 policiais e Corpo de Bombeiros com apenas 550 integrantes. Considerando a população sergipana, a Polícia Militar deveria ter um efetivo de 7.627 integrantes, tomando como base a condição ideal de um policial para cada 300 habitantes. Além disso, deve-se levar em consideração a distribuição dos policiais, pois enquanto alguns municípios têm apenas dois policiais, outros tem excesso, a exemplo de Aracaju, com um policial para cada grupo de 192 habitantes, entretanto, mesmo com tantos policiais, os níveis de violência não são menores que em outros lugares.

Cada município ou território dispõe de um conjunto singular de condições locais que são determinantes para o potencial de desenvolvimento e que determinam a sua capacidade para atrair, gerar e reter investimentos. Portanto, a estratégia de fortalecimento desses atributos sociais locais faz a diferença, requerendo do Estado uma abordagem e tratamento

adequados para a implementação de uma política de desenvolvimento social e econômico na medida exata dos anseios da gente sergipana.

SAÚDE

1. Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde – RAS, através do planejamento, monitoramento e gestão, com definição de metas e ações que busquem a eficácia e a eficiência dos serviços oferecidos à população;
2. Consolidar as Redes de Atenção Prioritárias (Rede Cegonha, Rede de Atenção as Urgências e Emergência, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Atenção às Condições e Doenças Crônicas, e Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência) de forma regionalizada, para atender as necessidades da população;
3. Reestruturar centrais de regulação e protocolos, definindo diretrizes que atendam as três dimensões: de sistemas de saúde, da atenção à saúde, e do acesso à assistência;
4. Implantar protocolos hospitalares para casos de urgência e emergência, bem como para as situações clínicas mais comuns e que mais geram encaminhamentos para especialista e exames de alta complexidade, capacitando os profissionais de forma permanente;
5. Revisar protocolos do sistema de regulação de exames, consultas e procedimentos de alta complexidade, assim como os protocolos e critérios de transferência e competência de cada microrregião, capacitando os profissionais de forma permanente;
6. Reestruturar os Hospitais Regionais, com intervenções físicas, investimentos em equipamentos e qualificação de pessoal, evitando transferência de pacientes com casos de menor complexidade para o HUSE;
7. Construir Hospital Geral na Grande Aracaju, a fim de ampliar o atendimento hospitalar de baixa e média complexidade, através de parceria público-privada;
8. Construir o Hospital do Câncer, dotando-o de estrutura adequada, com equipamentos e corpo técnico especializado, através de cogestão com instituição privada especializada em tratamento de câncer;

9. Implementar melhorias no Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE, para atendimento exclusivo de alta complexidade e com destinação a pacientes regulados, de forma a retomar alguns procedimentos cirúrgicos, ampliar a estrutura física e de leitos, distribuir o corpo clínico de forma mais adequada;
10. Reformar e reativar bases do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, e ampliar e recuperar sua frota de veículos;
11. Ampliar a parceria com a rede de saúde privada para aumentar a oferta de serviços de atendimento, utilizando como referência a tabela do Sistema Único de Saúde – SUS, com transparência, fiscalização e controle social;
12. Criar mutirões para realização de exames e de cirurgias eletivas, auxiliando as administrações municipais e zerando as filas de espera;
13. Promover pronta assistência aos deficientes (físico, visual, auditiva e intelectual) e grupos vulneráveis, aprimorando os protocolos de atendimento;
14. Viabilizar a atenção especializada para grupos sociais, cujas condições de vida e saúde sejam mais precárias com ênfase em ações específicas para grupos com riscos diferenciados, a exemplo de: idosos, mulheres, doentes crônicos, pessoas com deficiência, síndromes e outros;
15. Ampliar a atuação do programa de atenção ao idoso, com um conjunto de diretrizes e ações contidas no Pacto pela Vida/Saúde do Idoso, do Ministério da Saúde;
16. Proporcionar atenção especial à saúde da mulher, em consonância com o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM, diante de problemas, tais como mortalidade materna, aborto, gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis – DST;
17. Disseminar as Práticas Integrativas e Complementares – PICS que abrangem a utilização de práticas da medicina tradicional chinesa, yoga, massagem, auriculoterapia e acupuntura, oferecidas na Atenção Básica;
18. Criar o Centro Estadual de Referência do Idoso, especializado em atenção à pessoa idosa, composto por equipe multidisciplinar;
19. Buscar estratégias para facilitar a aquisição de órteses e próteses por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
20. Viabilizar a retomada dos serviços de transplantes de órgãos, bem como desenvolver campanha de conscientização para importância da doação;

21. Criar programa de educação preventiva de combate ao câncer de forma continuada, em parcerias com municípios;
22. Otimizar a interação entre as unidades da Rede de Maternidades de Sergipe, dotando-as de sistema compartilhado de informações;
23. Viabilizar a ampliação do número de leitos das maternidades, reestruturando as unidades do interior, reservando os casos de alto risco para a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes;
24. Melhorar a logística da gestão e distribuição dos medicamentos;
25. Implantar o Centro de Informações de Saúde, capaz de integrar as ações de saúde na rede, permitindo o controle e compartilhamento de informações, para a melhoria do atendimento à população, a exemplo do prontuário eletrônico (ficha personalizada e informatizada de cada paciente), do sistema de controle de vagas de leitos de enfermarias e de UTI's nos hospitais da rede pública e das entidades sociais, assim como o controle do fluxo de medicamentos e insumos do almoxarifado central e das unidades da Rede Estadual de Saúde;
26. Profissionalizar a gestão da saúde, com implantação da gestão técnica e qualificada;
27. Criar programa de capacitação e reciclagem dos profissionais de saúde, conforme as necessidades prioritárias, pautado pelo perfil das regiões;
28. Implantar o Programa Educadores de Saúde através da valorização e capacitação dos Agentes de Saúde e Agentes de Endemias;
29. Promover estudos sobre a necessidade de realização de concurso público, valorizar salários através de Plano de Cargos e Salários – PCS, e buscar solução para a situação do quadro de pessoal das fundações;
30. Promover auditoria imediata na Secretaria de Estado da Saúde e nas Fundações, com o apoio dos órgãos de controle e do Ministério Público;
31. Implantar uma extensão da Controlaria e da Procuradoria do Estado na Secretaria de Saúde, a fim de agilizar processos, com transparência na gestão;
32. Criar uma unidade móvel do Centro de Hemoterapia de Sergipe – HEMOSE para, de forma itinerante, ampliar o atendimento da coleta de sangue;
33. Criar uma unidade móvel do Centro de Referência da Mulher, para, de forma itinerante, ampliar a realização de exames preventivos, especialmente os de combate ao câncer.

EDUCAÇÃO

34. Realizar Planejamento Pedagógico com definição de metas e ações para a melhoria da qualidade do ensino na Rede Estadual, ampliando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB;
35. Criar Programa Nossa Gente Alfabetizada, visando a redução do índice de analfabetismo de jovens e adultos, para atingir a média nacional até 2022;
36. Promover ações de universalização do ensino fundamental de qualidade, em parceria com administrações municipais, visando ampliar a escolarização das crianças de 4 a 10 anos;
37. Reduzir os níveis de evasão escolar no Ensino Básico, desenvolvendo estratégias que favoreçam a permanência dos alunos na escola;
38. Intensificar ações pedagógicas para reduzir a distorção idade/série no Ensino Fundamental Regular, dentro do programa Pacto da Alfabetização Idade Certa;
39. Ampliar oferta de vagas no Ensino Médio, tanto na modalidade Regular quanto na Profissionalizante;
40. Ampliar oferta de vagas na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA nos Ensinos Fundamental e Médio, contemplando a Educação Profissional e Prisional;
41. Elaborar programa de estímulo aos jovens com mais de 15 anos para realização do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos- ENCCEJA, para conclusão dos ensinos fundamental e médio, facilitando sua inserção no mercado de trabalho;
42. Ampliar e/ou melhorar o funcionamento da rede de escolas em tempo integral, contando com a parceria do Governo Federal, garantindo as metas definidas no Plano Nacional de Educação – PNE, dotando-as de equipamentos e laboratórios, que possibilitem o desenvolvimento de projetos integradores, a partir dos eixos definidos pelo Programa de Escolas em Tempo integral;
43. Implantar cobertura digital em todas as escolas (internet grátis), proporcionando o uso de novas tecnologias e conhecimento digital, em parceria com a iniciativa privada;
44. Dotar as escolas de tecnologia para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e de ferramentas para auxílio didático para os professores;

45. Introduzir práticas de metodologias ativas, a fim promover melhor qualidade no ensino e aprendizagem;
46. Melhorar a gestão das escolas, proporcionando maior autonomia, controle e transparência, através de uma reestruturação administrativa, pedagógica e financeira;
47. Avaliar a situação física das unidades escolares, visando as necessidades de reforma e manutenção, voltadas para a consolidação de um ambiente propício à aprendizagem e ao ensino de qualidade;
48. Garantir, rigorosamente, o controle da qualidade da merenda escolar e a regularidade do seu fornecimento;
49. Fortalecer as relações da escola com a comunidade, intensificando a criação de projetos que envolvam a família, visando o desenvolvimento de práticas que melhorem o ambiente escolar e o meio ambiente da região e a valorização das tradições locais, com reflexos positivos para a aprendizagem;
50. Estabelecer ações voltadas para o atendimento da diversidade social, buscando a inclusão e a cidadania dos diferentes grupos sociais;
51. Desenvolver Programas de Formação Continuada para os professores, com atenção especial para os alfabetizadores, assegurando melhores condições de trabalho, facilitando o acesso à informação e meios que contribuam com o desenvolvimento do profissional, bem como projetos anuais de capacitação e premiação por desempenho;
52. Estabelecer parceria com universidades para a formação em licenciatura de docentes sem nível superior;
53. Investir em capacitação, qualificação e valorização dos profissionais de apoio à educação, assegurando melhores condições de trabalho;
54. Fortalecer, junto à comunidade escolar, programas permanentes e campanhas educativas de prevenção da violência contra as mulheres, crianças, jovens, adolescentes e idosos;
55. Promover a educação inclusiva de forma plena e eficaz, garantindo a estruturação das escolas, a capacitação e atualização curricular dos profissionais da educação, bem como ampliar esforços para fomentar o ensino da Língua Brasileira de Sinais-Libras como segunda língua oficial.

PROMOÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

56. Consolidar a Política de Assistência Social, de forma integrada com outras políticas como saúde, educação, cultura e habitação, fortalecendo a transversalidade, na busca pela inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população;
57. Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com a ampliação de recursos orçamentários para o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FUNCEP;
58. Integrar as ações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, articulando-se aos demais sistemas relacionados com direitos humanos, como Sistema Nacional de Segurança Alimentar, Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo, Sistema Nacional de Direitos Humanos, Sistema Único de Saúde, visando a universalização dos direitos sociais, políticos e civis e a efetivação da cidadania;
59. Manter e ampliar a atuação dos Programas de Inclusão Social (Programa Bolsa Família, Mão Amiga, Programa de Aquisição de Alimentos - PPA e PPA Leite, Programa de Substituição de Moradias, entre outros), contribuindo para a redução da pobreza;
60. Fortalecer os Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS, visando a garantia e defesa de direitos a pessoas em vulnerabilidade social (crianças, adolescentes, idosos, deficientes, mulheres e famílias com direitos violados e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto);
61. Ampliar e fortalecer os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, garantindo a Proteção Social Básica, através de programas sócioassistenciais, a fim de potencializar a proteção social às famílias, atuando na perspectiva da intersetorialidade, atendendo as demandas, a partir das peculiaridades locais;
62. Criar o Centro de Acolhimento à Mulher em Situação de Violência que contemple o serviço de segurança, assistência social e saúde, com funcionamento 24 horas;
63. Criar programa de recuperação do agressor, dentro das ações dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS evitando, reincidência da ocorrência;
64. Realizar campanhas educativas nas escolas, órgãos públicos e entidades não governamentais, e nos meios de comunicação, a fim de promover o empoderamento da população feminina, o combate à violência de gênero e o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual;

65. Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e preparatório para as mulheres em situação de prisão;
66. Desenvolver programas voltados para a erradicação do trabalho infantil - PETI e para ressocialização de jovens adolescentes em conflito com a lei e de atendimento a pessoas drogadas;
67. Criar a Caravana da Cidadania, levando um dia diferente aos jovens, com práticas esportivas, serviços de cidadania e oficinas, nos municípios e povoados;
68. Desenvolver, em parceria com os municípios, “Frentes de Trabalho”, ofertando ocupação temporária, exclusivamente a cidadãos em vulnerabilidade social, para realização de tarefas emergenciais em equipamentos e serviços públicos, com transparência e controle social;
69. Fomentar a estruturação de cooperativas de trabalhadores em setores ainda com baixo poder de organização (catadores, recicladores, coleta seletiva);
70. Dotar os prédios públicos de condições de acessibilidade para todos que buscam atendimento, com a retirada de barreiras arquitetônicas e com as devidas adequações necessárias;
71. Viabilizar a presença de profissionais habilitados em libras nos órgãos públicos estaduais, visando estabelecer a inclusão comunicacional, bem como ampliar a Central de Interpretação de Libras;
72. Ampliar a atuação do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON;
73. Promover ações integradas com Ministério Público, Tribunal de Justiça, Universidades e Defensoria Pública, em prol das comunidades periféricas das áreas urbanas;
74. Fortalecer e ampliar a atuação da Defensoria Pública, com ênfase na interiorização de ações;
75. Elaborar programa de mutirões com foco na resolução de conflitos sociais, a exemplo de execução de alvará de soltura, exames de paternidade, regularização fundiária e outros;
76. Criar Câmara Estadual de Negociações para resolução de pequenos conflitos, minimizando a judicialização de processos entre Governo do Estado e sociedade.

SEGURANÇA

77. Elaborar Plano Estratégico de Segurança, através de audiências públicas com toda a sociedade, e definir metas e indicadores periodicamente monitorados pelo Comitê de Segurança, ligado diretamente ao Governador;
78. Criar Comitê de Segurança, com a presença de secretários de estado de áreas sociais (segurança pública, saúde, educação, esporte, cultura, entre outros), os comandantes das polícias e representantes da sociedade civil organizada, coordenados pessoalmente, pelo Governador, com reuniões periódicas e caráter deliberativo;
79. Reestruturar as delegacias metropolitanas e do interior do Estado, com intervenções físicas, investimentos em equipamentos e qualificação de pessoal, de modo a estabelecer um padrão mínimo de condições para o devido funcionamento e atendimento da população;
80. Viabilizar o funcionamento pleno das delegacias plantonistas no interior do Estado e na Grande Aracaju;
81. Ampliar o número de Delegacias da Mulher, em regime plantonista, com equipe multidisciplinar, com encaminhamento para Centro de Acolhimento à Mulher em Situação de Violência;
82. Fortalecer ações conduzidas pelo Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOSP;
83. Fortalecer o Instituto Médico Legal – IML, através da implantação de duas unidades no interior, evitando o deslocamento das vítimas e famílias para Aracaju, além do aumento do número de médicos legistas para oferecer atendimento rápido, humanizado e digno às famílias que perderam seus entes e às vítimas na realização de exames de corpo de delito;
84. Formar equipes de Solução de Crimes, distribuídas nas delegacias plantonistas, para início imediato da investigação pela polícia civil, no local onde ocorreu o crime;
85. Retomar o policiamento comunitário, com a reabertura dos postos policiais em bairros e povoados, utilizando o efetivo de maneira mais eficiente;
86. Promover parceria com as guardas municipais, através de integração e ações conjuntas;

87. Intensificar a presença do policial nas ruas, através da contratação de agentes administrativos para serviços burocráticos e da implantação de monitoramento eletrônico em prédios públicos;
88. Fortalecer policiamento nas divisas, realizando operações frequentes e conjuntas com Estados vizinhos, com foco na redução do tráfico de drogas, no controle de entrada e saída de armas de fogo, veículos objetos de crimes e foragidos da justiça;
89. Promover a integração das forças policiais estaduais: Polícias Civil, Militar, Técnica e Corpo de Bombeiros, e em níveis Federal, Estadual e Municipal, com troca de informações e realização de ações planejadas e conjuntas;
90. Investir em inteligência, a exemplo da aquisição de equipamentos de vídeo monitoramento, reconhecimento facial e identificação das placas de veículos, além de promover qualificação constante para sua utilização eficiente;
91. Ampliar a frota de veículos adaptados para as tarefas inerentes às polícias civil, militar e bombeiro militar;
92. Implantar e/ou ampliar o monitoramento, com o uso de GPS, em toda a frota de veículos das polícias civil, militar e bombeiro militar;
93. Ampliar Conselhos de Segurança nos bairros e povoados mais violentos, com a presença de membros da comunidade e das polícias civil e militar, com reuniões rotineiras e troca de informações constantes;
94. Estabelecer convênios com os Estados que sejam referência em segurança pública para convênios de transferência de knowhow e troca de conhecimentos;
95. Dotar a polícia civil de orçamento próprio, dando mais autonomia, agilidade às decisões e melhor resposta à sociedade;
96. Promover estudos com o propósito de: mapear processos da utilização eficiente do uso da força policial e dos equipamentos disponíveis, bem como avaliar resultados e propor alterações nas estratégias de policiamento (ostensivo, preventivo, investigativo e de repressão), implementar premiação aos agentes da segurança pública, baseado em metas e indicadores atingidos e realizar concurso público para todas as áreas das polícias Civil e Militar;
97. Criar programa permanente de capacitação e de acompanhamento da saúde física e psicológica do policial;

98. Fortalecer e priorizar programas que lidam com os problemas relacionados ao uso indevido de drogas e às situações de violência nas escolas e seu entorno, atuando diretamente na prevenção e proteção dos jovens;
99. Estimular práticas de atividades laborais nos presídios, visando a ressocialização dos detentos;
100. Elaborar estudos para viabilizar melhorias estruturais nas unidades prisionais;
101. Ampliar os programas de ressocialização de egressos do sistema prisional e sua inserção no mercado de trabalho.

CULTURA E PATRIMÔNIO

102. Fortalecer a Secretaria Estadual de Cultura e reestruturar o Fundo Estadual de Cultura, através da concretização e ampliação gradativa dos recursos;
103. Implementar o Sistema Estadual de Cultura e aprovar o Plano Estadual de Cultura;
104. Elaborar Lei Estadual de Incentivo à Cultura, para investimento nas ações culturais;
105. Defender a aprovação e implementação da Lei Estadual da Cultura Viva, que incentiva e valoriza os mestres com notório saber e reconhecidos;
106. Ampliar a política dos editais culturais, para iniciantes e experientes, para fomento de instituições, programas e projetos;
107. Contribuir para o fortalecimento dos territórios tradicionais voltados para a recuperação da cultura de povos historicamente marginalizados nas políticas de preservação e valorização cultural;
108. Criar a Escola Técnica de Arte e Cultura, para formação profissional de nível técnico para todo segmento da cultura;
109. Criar novo modelo de gestão para a Orquestra Sinfônica e o Conservatório de Música;
110. Criar programa de incentivo à realização de festejos juninos, de forma a retomar a marca “Sergipe é o país do forró”;
111. Revisar e implementar a Lei Estadual do Patrimônio material e imaterial;
112. Revitalizar o Arquivo Público Sergipe, o Museu Histórico de Sergipe, o Museu Afro e a Casa João Ribeiro, com reformas e dotação de equipamentos;

113. Fortalecer o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, tendo à frente a Biblioteca Pública Epifânio Dórea, integrando bibliotecas municipais, escolares, comunitárias e privadas;
114. Promover programas que favoreçam a renovação de edifícios históricos significativos, de forma a respeitar e valorizar o seu papel enquanto documento de memória e, ao mesmo tempo, possibilitar sua inserção na dinâmica da cidade;
115. Oportunizar o acesso de pessoas com deficiência a eventos culturais, espetáculos, shows, cinemas, teatros, além de promover eventos que garantam a participação de artistas com deficiência que atuam de forma profissional;
116. Promover estudos para realização de concurso público para profissionais especializados.

ESPORTE E LAZER

117. Ampliar parceria com Governo Federal para implantação dos programas federais, a exemplo do Segundo Tempo, em todo o Estado;
118. Implementar Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, estimulando a iniciativa privada a patrocinar eventos e federações desportivas;
119. Criar Conselho Estadual do Esporte, para democratizar as discussões e deliberar problemas, soluções e ações para a melhoria da prática esportiva;
120. Apoiar e territorializar a prática esportiva como política de inclusão, através da criação de núcleos de incentivo, com professores e material esportivo, com ênfase ao tipo de esporte de vocação do território;
121. Captar recursos para construção e/ou implementação da Escola de Esporte nos territórios;
122. Criar programa de incentivo desportivo nas escolas estaduais para os alunos entre 12 a 17 anos, afastando-os das drogas;
123. Incentivar e fomentar apoio ao esporte amador, a exemplo da criação do campeonato intermunicipal de futebol amador, visando fomentar a prática do esporte e revelar novos talentos;
124. Promover mini-olimpíadas por território, fortalecendo modalidades e atividades lúdicas para as crianças;

125. Revitalizar os Jogos da Primavera, ampliando a magnitude do evento;
126. Criar os Jogos Abertos, em parceria com as federações esportivas, trazendo todos os campeonatos sergipanos para um único evento, de forma a estimular que outras federações criem seus eventos nessa mesma data;
127. Captar eventos esportivos, com o intuito de divulgar o estado e fortalecer o esporte e turismo;
128. Incentivar o esporte náutico, buscando parceria com a Capitania dos Portos, atraindo eventos e promovendo a economia e prática esportiva;
129. Valorizar e estimular competições das atividades paradesportivas, incluindo na programação dos eventos estaduais;
130. Elaborar estudos para viabilizar a implantação de centros esportivos paraolímpicos e incentivar a prática profissional do esporte;
131. Elaborar estudo sobre condições dos estádios e ginásios estaduais para reforma, manutenção e modernização, bem como sobre cogestão com municípios e o sistema "S"- SESI E SESC.

2. INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO PRA NOSSA GENTE

A sustentabilidade é um patamar que deve ser perseguido por uma sociedade que busca auferir melhores condições de vida e menor desigualdade social, num ambiente preservado, garantindo a vida das gerações futuras. Sergipe ainda é carente de infraestrutura, capaz de oferecer vida dignas aos seus cidadãos pois, em pleno século XXI, a população ainda carece de abastecimento de água tratada, na zona rural. A situação é mais crítica quanto a coleta e tratamento do esgotamento sanitário, que muitas cidades ainda não dispõe, indicando fator de exclusão social.

Dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD indicam que 55,9% da população dispõe de rede de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, enquanto 41,7% se utilizam de fossa. Os Territórios do Baixo São Francisco, Agreste Central e Sul Sergipano são os menos providos desse serviço.

Quanto a coleta de resíduos sólidos, a situação também é crítica, pois, embora haja a coleta, a maior parte dos municípios não dispõem de local adequado para o destino final dos resíduos, embora o Estado já disponha de Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Assim, é frequente a presença de lixo nas zonas urbanas, às margens de rodovias, ou mesmo em lixões que poluem os corpos hídricos e o conseqüente comprometimento ambiental.

A habitação é outro que não pode deixar de ser enfatizado, tendo em vista o acentuado déficit habitacional tanto quantitativo, com necessidade de 73.499 moradias e o qualitativo com 115.464 moradias desprovidas de infraestrutura (esgotamento sanitário, coleta de lixo, pavimentação, cobertura (telhado). Esse déficit é mais acentuado entre as famílias com rendimentos de até 3 salários mínimos (95%), isto é, entre a pobreza que não dispõe de recursos para adquirir sua casa própria, portanto, alvo de políticas públicas sociais. Esse déficit habitacional está mais concentrado na Grande Aracaju (44,46% do total).

Ainda se registra no Estado a presença de 46 assentamentos precários, sendo que destes, 28 estão localizados em Aracaju, em áreas inóspitas, como margens de rios, canais, manguezais e encostas, comprometendo a qualidade de vida dessas famílias residentes e merecendo uma ação pública para sanar o problema do déficit habitacional. Como moradia

precária, as casas de taipa e de palha também ainda aparecem, sendo a maioria na zona rural, tornando-se importante sua erradicação por questões de saúde.

O crescimento das cidades e das atividades econômicas vem ocorrendo com pressão sobre os recursos naturais, registrando-se o aterro de manguezais, a derrubada de matas e florestas, assim como a poluição dos corpos hídricos, causando impactos ambientais danosos. As bacias hidrográficas estão a merecer atenção em decorrência do desmatamento das nascentes e margens, contribuindo para o assoreamento dos rios, assim como suas águas poluídas por dejetos industriais ou domésticos, devendo esses problemas serem sanados através de políticas e programas de revitalização, garantindo a qualidade do meio ambiente.

Fortalecer a capacidade dos municípios, melhorar a qualidade de vida da sua população, criar novas oportunidades econômicas e reduzir os passivos sociais, depende de políticas que mobilizem os municípios a se engajar e compreender que o desenvolvimento se fortalece através de ações conjuntas e na interação entre os agentes públicos e privados.

MEIO AMBIENTE

132. Apoiar a criação e funcionamento de Secretarias Municipais de Meio Ambiente, com funções de gestão e licenciamento ambiental próprias;
133. Implantar programa de produção agroecológica em parceria com órgãos de pesquisa, assistência e fomento à conservação do meio ambiente e da agricultura;
134. Incentivar a formação de Reserva Particular de Proteção à Natureza – RPPN, junto aos proprietários de terra;
135. Criar programa “Recicle Mais” (5R-recursar, reduzir, reutilizar, reciclar, recuperar) de educação ambiental para as escolas, voltado para a gestão dos resíduos sólidos;
136. Criar programa de ações remediadoras de bioengenharia para correção das áreas de risco nos sistemas de adutoras do São Francisco;
137. Implantar programa de reposição florestal em margens e nascentes de rios abastecedores nos territórios Sul e Centro Sul Sergipanos, em parceria com a comunidade e produtores rurais;

138. Revitalizar o Parque Ecológico Municipal do Tramandaí, através do desassoreamento e regularização do fluxo hídrico proveniente das marés;
139. Criar Rede de Atenção e Proteção aos Animais, através de campanhas educativas, da criação de canal de denúncias de crimes de abuso e maus tratos, e da interiorização da vacinação, da castração e do atendimento médico veterinário, em parceria com os municípios e ONG's;
140. Estimular a geração de novas formas de energia limpa (eólica e fotovoltaica), inclusive incentivando a instalação de energia fotovoltaica nos prédios públicos e em novos empreendimentos;
141. Estimular a produção de energia elétrica limpa com instalação de sistemas capazes de suprir as demandas dos projetos de irrigação.

RECURSOS HÍDRICOS

142. Articular, com as bancadas federais, de Sergipe e da Bahia, a construção do Canal de Xingó, proporcionando a oferta de água para abastecimento público, dessedentação animal e irrigação, beneficiando municípios sertanejos que apresentam carência hídrica para o desenvolvimento de suas atividades econômicas;
143. Viabilizar a captação de recursos para duplicação da Adutora Sertaneja para abastecimento de comunidades no semiárido;
144. Promover, junto ao Governo Federal (CODEVASF, IBAMA), ONG's e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, ações para revitalizar a Bacia do São Francisco, com destaque para recuperação de áreas degradadas, preservação de nascentes, controle de processos erosivos e de conservação do solo e de saneamento ambiental;
145. Estabelecer programa de enfrentamento das secas, através do financiamento de aguadas e tanques para suprir o abastecimento de água para animais;
146. Elaborar estudos para apontar novas alternativas de captação de água;
147. Fortalecer os Comitês de Bacias Hidrográficas, visando a democratização do planejamento do uso racional da água e do uso sustentável dos recursos naturais;
148. Fortalecer a articulação, sob o aspecto da gestão e execução, do programa Água Doce com o Ministério do Meio Ambiente;

149. Estabelecer articulação com o Banco Mundial, visando prorrogar o prazo do Programa Águas de Sergipe;
150. Elaborar programa de desassoreamento do rio Poxim e despoluição do rio Sergipe e buscar sua viabilização financeira com organismos internacionais e nacionais.

SANEAMENTO BÁSICO

151. Reestruturar os serviços de saneamento básico, de forma a promover melhor governança e regulação dos serviços, com qualidade, eficiência e transparência;
152. Implantar sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, com prioridade para comunidades litorâneas e sedes municipais ainda não contempladas, através da captação de recursos federais;
153. Criar programa de incentivo para ligação domiciliar à rede pública de coleta de esgoto, promovendo a universalização do serviço;
154. Viabilizar estudos para a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE da Jabotiana em Aracaju;
155. Articular, junto à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, a operacionalização e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios da Bacia do Rio São Francisco;
156. Elaborar plano de esgotamento e tratamento de esgoto sanitário dos municípios, que não contam com esse serviço em sua totalidade;
157. Ampliar abastecimento d'água para comunidades rurais, desprovidas desse serviço, diante das perspectivas de seca nos próximos anos;
158. Ampliar e modernizar, melhorando a eficiência da adução do abastecimento de água nos territórios Sul e Centro Sul Sergipano;
159. Implantar, na sua totalidade, a Adução do Rio Poxim até a Estação de Tratamento de Água – ETA;
160. Melhorar a eficiência do sistema de abastecimento de água de Aracaju;
161. Implementar o Plano Estadual de Resíduos Sólidos;
162. Desenvolver ações de incentivo para elaboração dos Planos de Resíduos Sólidos, junto aos municípios que não conseguiram se adequar à Política Nacional;
163. Implantar o sistema de coleta seletiva adequado e recolhimento de resíduos sólidos;

164. Viabilizar a implantação de aterros sanitários nos territórios, através de consórcios e parcerias público-privadas;
165. Fomentar a instalação de indústrias que usam materiais recicláveis como matéria-prima;
166. Criar programa de incentivo à logística reversa, com descarte correto de materiais tóxicos e outros;
167. Atrair investimentos privados para construção de uma Usina de Incineração de Lixo Hospitalar moderna, com alta tecnologia, na Grande Aracaju.

HABITAÇÃO

168. Revisar e atualizar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Sergipe – PEHIS, na perspectiva de incorporar a população nas demandas e necessidades reais;
169. Elaborar programas, projetos e ações a partir da mobilização de grupos locais, com apoio dos municípios, através da adoção e utilização de tecnologias digitais para apontar as reais necessidades e demandas da população - Programa Internet para Morar Melhor;
170. Construir 15.000 unidades habitacionais prioritariamente em áreas urbanizadas, para famílias com rendimentos de 0 a 3 salários mínimos, em parceria com os municípios, para reduzir o déficit habitacional quantitativo;
171. Criar e implementar programa “Reforma Moradia”, para promover a Assistência Técnica Gratuita à Arquitetura e Engenharia, através da reforma de moradias para famílias com rendimentos de 0 a 3SM, com parceria com a comunidades, municípios e Conselhos Regionais de Arquitetura e de Engenharia, com recursos do Estado, Prefeituras ou com linha de crédito do Banese;
172. Criar programa de melhoria das unidades habitacionais construídas de forma precária na área rural;
173. Criar e implementar programa para apoio à reforma de moradias, com “cesta básica” de materiais de construção, com financiamento para famílias com rendimentos de 0 a 3 SM;

174. Promover a construção e melhoria de 3.000 sanitários nas moradias de famílias com rendimentos de 0 a 3 salários mínimos, a fim de reduzir do déficit habitacional qualitativo, em parceria com os municípios;
175. Criar programa “Moradia Regularizada”, para atingir as famílias com rendimentos de 0 a 3SM que não tem o título da casa própria, em parceria com os municípios;
176. Implementar programa para incentivar a utilização de prédios vazios para uso de habitação social, com ênfase no Centro de Aracaju.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

177. Desenvolver ações para descentralização de funções e atividades econômicas e urbanas entre os municípios do Estado;
178. Promover investimentos para fortalecimento regional, garantindo integração e desenvolvimento entre municípios, seus povoados e núcleos urbanos, proporcionando geração de atividades econômicas, sociais e territoriais;
179. Criar programas de desenvolvimento regional que integrem os aspectos de acessibilidade, infraestrutura, mobilidade, serviços públicos, preservação do meio ambiente, promoção da cultura e espaços públicos de qualidade, e que promovam “cidades inteligentes, inclusivas e sustentáveis”;
180. Estimular e apoiar os municípios para elaboração e/ou atualização dos planos setoriais municipais, com ênfase no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Plano de Habitação, Plano de Mobilidade Urbana, Plano de Saneamento Básico, entre outros, a partir da mobilização social, apontando as reais necessidades e demandas da população;
181. Elaborar e implementar o Plano Diretor de Desenvolvimento da Região Metropolitana, em parceria com os quatro municípios, estabelecendo instâncias de governança democráticas, efetivação de consórcios públicos, para possibilitar gestão e execução de projetos;
182. Criar espaços públicos de qualidade, através de programas de construção, revitalização e ampliação de unidades de conservação, parques, orlas e praças etc, tornando-as acessíveis, em parceria com os municípios;

183. Fortalecer e utilizar o Sistema de Informações Georreferenciadas, para intervir e monitorar políticas regionais;
184. Criar Comitê de Planejamento Regional, para elaboração, discussão e deliberação de estudos, projetos e programas que subsidiem políticas públicas integradas, que contemplem meio ambiente, mobilidade, saneamento básico, habitação, energia, recursos hídricos e outros, com a participação de vários segmentos da sociedade;
185. Criar um Plano de Recuperação das Rodovias Estaduais, com a realização de diagnóstico da situação das rodovias estaduais, viadutos e pontes, a partir da mobilização social, apontando as reais necessidades e demandas da população, em atendimento à política de desenvolvimento regional;
186. Viabilizar, junto ao Governo Federal, a conclusão da duplicação da BR-101 e a realização de melhorias na BR-235.

3. EMPREGO E RENDA PRA NOSSA GENTE

A geração e emprego e renda é resultante das atividades econômicas que estão dispostas nos lugares. Entretanto, a ocupação da população também está relacionada com os níveis de escolaridade e de qualificação da população, resultando daí os níveis salariais.

Em Sergipe, em 2017, 1.827.000 pessoas estavam em idade para trabalhar, mas o nível de ocupação dessas alcançava apenas 48,2%, com 881.000 trabalhadores, sendo que no setor privado estavam incluídas 235.000 pessoas. A população desocupada correspondia a 144.000 pessoas, com uma taxa de desocupação de 14,1, enquanto 130.000 pessoas trabalhavam sem carteira assinada.

No primeiro trimestre de 2018, os números são próximos, todavia, nota-se a redução no número de pessoas ocupadas para 862.000 pessoas e cresce o número de desocupados, alcançando 178.000 trabalhadores. O número de trabalhadores do setor privado também reduz, para 222.000, e o comércio e a administração pública são os setores que mais ocupam mão-de-obra. A taxa de desemprego é mais alta entre as mulheres (20,4) enquanto entre os homes é de 14,4, sendo mais frequente entre a população de 18 a 39 anos de idade. Ainda se constata a presença do trabalho infantil, sendo mais intenso na zona rural, sendo que em 2015, correspondia a 47.659 crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos (7,2% do total), o que deve ser erradicado.

O rendimento médio mensal é de R\$ 1.727,00, inferior ao obtido pelos trabalhadores no primeiro trimestre de 2017(R\$1.808,00), evidenciando o período de dificuldades que vive a economia sergipana. Os baixos níveis de rendimento também expressam o baixo nível de escolaridade e de qualificação da mão de obra presente no Estado.

Sergipe apresenta uma economia diversificada, com a presença de atividades agrícolas dispersas por todo o território. Nas atividades agrícolas destacam-se os cultivos de cana-de-açúcar, laranja e coco-da-baía, além do milho, mandioca, feijão, batata-doce, hortaliças e outros. Na pecuária, destacam-se os rebanhos bovinos e as aves, além dos equinos, caprinos e ovinos. No Alto Sertão, a bacia leiteira dinamiza a economia do território.

No ano em curso a irregularidade da distribuição das chuvas trouxe perdas para os agricultores, especialmente para aqueles que estão envolvidos com a lavoura do milho (sequeiro), localizados nos municípios de Carira, Ribeirópolis, Pinhão, Frei Paulo, entre outros.

A presença de recursos minerais é uma peculiaridade que marca a economia sergipana, especialmente com a indústria extrativa mineral, voltada para petróleo e gás, calcário, potássio e outros de menor expressividade. Atualmente, Sergipe está vivendo dificuldades tendo em vista as possibilidades de encerramento das atividades da unidade de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN), da PETROBRAS, localizada no município de Laranjeiras, com a geração de 300 empregos diretos, além dos indiretos que dinamizam as atividades no Bairro Pedra Branca. Esta situação exige um posicionamento do governo estadual no sentido de negociar com a empresa a manutenção das atividades industriais.

As atividades industriais estão concentradas em alguns municípios onde se localizam os distritos industriais, a exemplo de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Estância, Itaporanga d'ajuda, entre outros, além das indústrias extrativas minerais que se localizam nas proximidades das reservas, como Laranjeiras, Maruim, Carmópolis, Rosário do Catete, Japaratuba, entre outros.

As atividades comerciais e os serviços são responsáveis por ocupar a maior parte do pessoal ocupado no Estado. Aracaju concentra um grande volume da atividade comercial, com destaque para o comércio atacadista, embora outros centros tenham papel de destaque, como Itabaiana, grande centro distribuidor de produtos agrícolas, Lagarto, Estância, Tobias Barreto (com destaque para bordados e confecções), Nossa Senhora da Glória, entre outras.

O comércio também enfrenta dificuldades, com o fechamento de muitas unidades, em decorrência da crise econômica e do volume alto de impostos e compromissos que dificultam a vida de pequenas empresas. Nas cidades, especialmente em Aracaju, é bem frequente a presença do comércio informal, muitas vezes, feito por ambulantes que com carrinhos e vasilhames ou com os produtos expostos sobre o corpo comercializam pelas ruas.

Sergipe é um Estado que apresenta muitas potencialidades para o desenvolvimento do turismo, mas que ainda não foram aproveitadas na sua plenitude. O turismo de sol e praia, assim como de eventos, ainda apresenta limitação em decorrência da pouca divulgação do

Estado como destino turístico ou mesmo pela inconstância de suas festas e, também, pela falta de equipamentos como centros de convenções para a realização de eventos de grande porte. Como uma possibilidade de desenvolvimento econômico, este setor merece atenção do poder público para que, juntamente com o setor privado, possa trazer maiores fluxos para o Estado, incrementado a ocupação de mão de obra e de geração de renda.

O desenvolvimento econômico implica na construção da capacidade econômica do Estado em melhorar a sua perspectiva econômica e a qualidade de vida de todos. Este é um processo pelo qual os parceiros públicos, o setor empresarial e os não governamentais trabalham coletivamente para criar condições melhores ao crescimento econômico e geração de emprego e renda.

A integração produtiva dos setores econômicos e as ações de políticas públicas serão uma alternativa para estimular o desenvolvimento econômico em nosso Estado.

AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

187. Estimular a instalação de uma Central de Negócios para a integração de mercados (em caráter estadual e regional), com o objetivo de melhorar a renda no meio rural e beneficiar o consumidor final;
188. Construir nova Central de Abastecimento na Grande Aracaju, capaz de atender o fluxo de todo o Estado;
189. Fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural ao pequeno produtor, à agricultura familiar e aos assentamentos da reforma agrária;
190. Estabelecer parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF para a diversificação da atividade produtiva no Baixo São Francisco;
191. Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar e estimular a produção de alimentos orgânicos;
192. Apoiar o fortalecimento da agricultura irrigada, com a melhoria das atuais estruturas e com a criação de Programa Estadual de Irrigação que propicie apoio aos pequenos e médios projetos de irrigação, reduzindo as incertezas da produção agrícola;

193. Difundir técnicas de pastejos rotacionados com irrigação, melhorando o desempenho da pecuária leiteira no Baixo São Francisco;
194. Articular meios para intensificar o desenvolvimento da piscicultura no Baixo São Francisco;
195. Estimular a construção de pequenas represas, calhas de rio e a perfuração e recuperação de poços no Baixo São Francisco;
196. Estimular o funcionamento da Biofábrica, para produção de mudas de alta qualidade e de elevado padrão genético, favorecendo a diversificação da atividade produtiva;
197. Recuperar os viveiros telados para a produção de mudas para a citricultura;
198. Diversificar a atividade produtiva, com a introdução da fruticultura irrigada e a bovinocultura leiteira;
199. Estimular a criação de pequenos negócios não agrícolas como possibilidade de fomentar o empreendedorismo no meio rural e complementar a renda familiar;
200. Estimular o associativismo e cooperativismo como estratégia de obtenção de resultados comuns mais favoráveis;
201. Criar o prêmio Jovem Produtor Rural, estimulando a permanência das gerações mais novas no campo.

INDÚSTRIA

202. Estruturar um Bureau de Atração de Investimentos em parceria com municípios, setor privado e bancos, com corpo técnico qualificado, visando a implementação de programa de atração de empreendimentos, através da participação em feiras e eventos setoriais, campanhas publicitárias em veículos de comunicação especializados e da ampliação da relação com embaixadas, consulados e câmaras de comércio e indústria e setores econômicos em crescimento;
203. Reavaliar e aprimorar o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, ampliando o seu alcance, de forma a torná-lo mais atrativo e ágil, além de incentivar as empresas locais a ampliar ou implantar novos empreendimentos;
204. Promover um amplo diagnóstico do potencial e limitações de estrutura (áreas, insumos, infraestrutura e outros) e de logística (rodovias, porto, ferrovias, outros) do Estado, visando construir um plano estratégico;

205. Apoiar a implantação de agroindústrias, buscando aproveitar a produção agropecuária local e agregando valor ao produto final;
206. Realizar diagnóstico completo dos Distritos Industriais – DI, identificando problemas em sua estrutura, empresas instaladas, segmentos, número de trabalhadores e produção;
207. Viabilizar a melhoria da infraestrutura dos Distritos Industriais de Sergipe, através de orçamento próprio ou em parceria com o Governo Federal;
208. Implantar Programa de Desenvolvimento de Fornecedores – PDF, visando qualificar fornecedores locais, fornecer crédito diferenciado, desenvolver uma rede de relacionamento (indústria, comércio e serviços) e promover Encontros de Oportunidades (rodadas de negócios);
209. Fortalecer o Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI, tornando-o instância de interlocução da política de desenvolvimento industrial;
210. Retomar a política de estímulo as exportações, através da reativação da Comissão de Comércio Exterior, do mapeamento de mercados internacionais como potenciais compradores e da qualificação das empresas sergipanas para exportação;
211. Adensar e enfatizar os programas da cadeia produtiva do petróleo e gás e da expansão da geração de energias renováveis;
212. Expandir rede de gás natural para os Distritos Industriais, visando aumentar a sustentabilidade ambiental e a competitividade e atrair novas indústrias;
213. Construir parcerias com instituições financeiras para ampliação da oferta de microcrédito e divulgação de linhas de crédito existentes para capital de giro e financiamento de investimentos;
214. Buscar alternativas para viabilizar a ampliação da estrutura e das atividades do Terminal Portuário Inácio Barbosa;
215. Estimular a ampliação da rede de comunicações (telefonia móvel e banda larga), através de parcerias público privadas – PPP e outras parcerias, visando a interiorização de novos empreendimentos.

RECURSOS MINERAIS

216. Estabelecer negociação com a Petrobras, visando a ampliação da exploração de petróleo e gás, especialmente em águas profundas;
217. Articular solução técnica e política no sentido de manter o funcionamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN-SE;
218. Priorizar o fortalecimento da cadeia de fertilizantes, buscando a instalação de novas misturadoras;
219. Reestabelecer tratativas com a Mosaic, no sentido de retomar os investimentos no projeto Carnalita;
220. Estimular a exploração de água mineral, buscando aumentar a participação desse setor no mercado nacional;
221. Apoiar a exploração de outros minerais com potencial, buscando viabilizar a implantação de novas unidades industriais;
222. Retomar as tratativas com as empresas da cadeia cimenteira, no sentido de encontrar soluções mercadológicas para o aumento da produção.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

223. Elaborar e executar a Política de Comércio e Serviços – PCS, que defina diretrizes e programas para o desenvolvimento, promoção e aumento da competitividade dos segmentos de comércio e serviços;
224. Reativar e ampliar o Conselho de Desenvolvimento Comercial - CDC para que alcance o setor de serviços e se torne, efetivamente, um canal de interlocução como setor produtivo;
225. Reativar o Fórum Estadual das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, buscando elaborar e implementar uma política voltada ao fortalecimento dos pequenos negócios e aos empreendedores individuais;
226. Fortalecer o Fórum SEFAZ x SETOR PRIVADO e revisar a política tributária do Estado, através da retirada gradual da Substituição Tributária, mantendo apenas para os setores para quais foi instituída; do estudo de viabilidade para extinguir a antecipação de ICMS; da revisão dos prazos de recolhimentos dos tributos, ajustando ao fluxo de caixa dos contribuintes, inclusive em datas comemorativas do comércio e da revisão

- do margem de valor agregado – MVA de todos os produtos, adequando a realidade do mercado;
227. Criar política de atração de empreendimentos de comércio e serviços, a exemplo de *call centers*, grandes redes varejistas e atacadistas, além de empresas de setores de saúde, educação e tecnologia;
 228. Fortalecer e revitalizar o centro comercial de Aracaju, em parceria com a Prefeitura, reinstalando órgãos do Governo e desenvolvendo projetos para promover habitação de interesse social em prédios abandonados;
 229. Desenvolver estudos no sentido de implantar um Polo Logístico de Atacadistas, Centros de Distribuição e Transportadoras, através de benefícios fiscais e estrutura adequada para instalação desses empreendimentos;
 230. Fomentar a cultura do empreendedorismo, com campanhas de estímulo à abertura e formalização de empresas e orientação aos seus empreendedores;
 231. Criar o programa “AQUI É SIMPLES”, proporcionando um ambiente de negócios desburocratizado, com procedimentos e obrigações acessórias simplificadas, com agilidade na abertura e na concessão de licenças para as empresas, através da consolidação da Rede para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM;
 232. Implementar uma plataforma de *e-commerce*, com acesso gratuito às empresas sergipanas, em parceria com entidades do setor produtivo, sistema “S” ou através de parceria público privadas – PPP, permitindo que pequenas empresas possam entrar no mercado de vendas on-line;
 233. Criar programa de juros subsidiados através do Banco do Estado de Sergipe – BANESE, exclusivamente para inovação e desenvolvimento tecnológico das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais;
 234. Capitalizar o Fundo de Aval do Estado de Sergipe, visando permitir acesso a crédito exclusivamente para as micro e pequena empresa - MPE e empreendedor individual - MEI;
 235. Criar Prêmio de EXCELÊNCIA MPE SERGIPE, em parceria com as entidades de classe, com critérios bem definidos, buscando estimular o empreendedorismo de qualidade e fomentar o desenvolvimento das empresas;

236. Promover estudos para implementar o Código de Defesa do Contribuinte – CDC, a exemplo de outros estados.

TURISMO E EVENTOS

237. Revisar e implementar a Política do Turismo, desenvolvendo um planejamento estratégico, com envolvimento do trade, do sistema “S” e dos municípios turísticos, revisando e definindo novos roteiros, bem como novos polos turísticos;
238. Reativar o Fórum Estadual de Turismo, como instância de definição das ações prioritárias da política estadual;
239. Elaborar, envolvendo todas as instâncias de turismo, meio ambiente e urbanísticas, um Plano de Desenvolvimento Turístico no Litoral Norte, compreendendo da Barra dos Coqueiros até Brejo Grande;
240. Concluir as obras do Centro de Convenções, possibilitando o fortalecimento de turismo de eventos;
241. Formular, em parceria com o Aracaju Convention e Visitors Bureau – AC&VB uma política de atração de eventos, com ênfase na captação de congressos, seminários, feiras, eventos culturais e esportivos, promovendo e divulgando Sergipe, reinserindo o Estado como destino de evento nacionais;
242. Criar e divulgar permanentemente o calendário de eventos (cultural, esportivo e de negócios), em parceria com o trade e municípios turísticos, a exemplo do FestVerão, Festejos Juninos, Festival do Caranguejo, Réveillon, Vaquejadas, Festas de Padroeira, Festivais de Laranjeiras e São Cristóvão, Exposições Agropecuárias entre outros;
243. Investir, em parceria com o trade, sistema “S” e os municípios turísticos, em campanhas permanentes de divulgação do destino Sergipe em todas as suas dimensões: lazer, eventos, negócios, histórico, praia, cultura, rural e outros;
244. Retornar as ações de mídia compartilhada com operadores turísticos e a participação em feiras especializadas de turismo;
245. Promover os *Fam Tours* e *Fam Press*, para apresentar Sergipe para agentes de viagens, organizadores de eventos, jornalistas e blogueiros especializados;
246. Utilizar profissionalmente as redes sociais, buscando promover e divulgar o Estado através de campanhas institucionais para públicos específicos e também do

- envolvimento dos turistas na divulgação de fotos e vídeos da sua passagem por Sergipe;
247. Fomentar o turismo interno, através de campanhas em todo o Estado, visando o desenvolvimento do turismo da capital para o interior e vice-versa, em parceria com a hotelaria para oferecer valores diferenciados e com o BANESECARD, oferecendo parcelamentos especiais ao consumidor;
 248. Destruar e intensificar as ações e obras do Programa Regional de Desenvolvimento o Turismo – PRODETUR, visando agilizar os resultados para o turismo sergipano;
 249. Realizar levantamento do inventário dos equipamentos e pontos turísticos de Sergipe, identificando melhorias a serem implementadas e buscando recursos manutenção e recuperação;
 250. Viabilizar recursos para ampliar e qualificar a sinalização turística nos municípios e em pontos turísticos;
 251. Avançar na elaboração e licenciamento do projeto de desenvolvimento turístico no litoral sul de Aracaju;
 252. Estabelecer aproximação e diálogo com as empresas aéreas, buscando viabilizar o aumento da oferta de voos, através de parcerias e da redução de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS sobre o combustível;
 253. Utilizar o BANESE para desenvolver linhas de crédito específicas para atender demandas das empresas da cadeia de turismo e eventos;
 254. Intensificar a qualificação de profissionais, de acordo com as necessidades estabelecidas no planejamento de turismo.

TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

255. Estimular programa de incentivo ao primeiro emprego, articulando empresas para estágios, inserção de jovens aprendiz, estímulo ao emprego para jovens;
256. Criar, em mutirão, o programa “Emprego Já”, em parceria com a iniciativa privada e o sistema “S”, realizando cadastros, capacitando para elaboração de currículos e entrevista de empregos e intermediando para o preenchimento de vagas;

257. Criar um programa de acesso ao ensino técnico e emprego, através de parcerias com SENAC/SENAI, utilizando recursos destinados à educação profissionalizante repassados ao Estado pelo Ministério da Educação e Cultura;
258. Ampliar a oferta de cursos de qualificação profissional, a fim de preparar a mão de obra para o mercado de trabalho, através de parcerias com a iniciativa privada, buscando atender a demanda existente;
259. Incluir cursos para o setor de Tecnologia da Informação – TI, nas escolas profissionalizantes estaduais;
260. Realizar acompanhamento de egressos das instituições de ensino médio, proporcionando opção de educação técnica ou orientação para atividade empreendedora;
261. Promover estudos relacionados à criação de emprego, em parceria com as Universidades, Institutos Federais e Sistema “S”, apontando soluções para geração de emprego e renda;
262. Realizar o mapeamento, consolidar diagnósticos de demanda por formação e mantê-lo atualizado, e elaborar planos anuais de adequação da oferta à demanda por formação de recursos humanos (por setor, nível de ensino e território);

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

263. Reestruturar o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CONCIT, visando dar eficácia à Política de Ciência, Tecnologia e Inovação;
264. Capitalizar o Fundo Estadual para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNTEC, garantindo o apoio aos programas e projetos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação;
265. Estimular a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Sergipe - FAPITEC, recuperando sua capacidade de fomento aos estudos e pesquisas e ampliando seus programas, com o objetivo de atrair e fixar doutores; de fomentar às tecnologias sociais como forma de inclusão de pessoas de baixa renda; de fortalecer o programa de bolsas para pesquisadores e de apoiar os Arranjos Produtivos Locais – APL, a Rede de Tecnologia de Sergipe, a realização de eventos e publicações científicas e tecnológicas e a participação de pesquisadores em eventos científicos;

266. Reativar com a Financiadora de Inovação e Pesquisa – FINEP, o Programa Tecnova, visando criar condições financeiras e apoiar a inovação por meio de recursos de subvenção econômica;
267. Captar recursos junto à Financiadora de Inovação e Pesquisa – FINEP, do Programa Nacional de Incubadoras e Parques Tecnológicos – PNI, para consolidação de incubadoras de empresas do Parque Tecnológico - SERGIPETEC;
268. Fortalecer as ações do Parque Tecnológico - SERGIPETEC, ampliando a participação das instituições privadas na sustentabilidade financeira do parque;
269. Promover maior interação entre Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe – ITPS e empresas privadas, com o propósito de troca de informações e realização de parcerias;
270. Apoiar o Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação - TI através da SEDETEC, SERGIPETEC, EMGETIS e BANESE;
271. Viabilizar, junto ao BANESE, linhas de financiamento para as empresas do setor de Tecnologia da Informação, usuários de produtos e serviços da TI estadual;
272. Estimular a criação e fortalecimento de programas voltados para o propósito de desenvolver “Cidades Inteligentes”;
273. Disseminar a cultura da inovação nas micro e pequenas empresas – MPE;
274. Criar editais de fomento e apoio a *startups*, bem como apoiar eventos de atração e conexão entre startups, mercado e investidores.

4. EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA PRA NOSSA GENTE

A crise que se abateu sobre o Brasil, nestes últimos anos, trouxe reflexos para todas as unidades da federação, tendo em vista a redução nas atividades econômicas e a consequente redução da arrecadação de impostos. Tal situação fica constatada na composição dos recursos disponíveis através das receitas correntes, o que tem se constituído em dificuldades para a gestão que também apresenta problemas de malversação dos recursos públicos, com inúmeros casos de corrupção.

Em 2017, a Receita Orçamentária estadual somou R\$7,38 bilhões, sendo que destas apenas 3,30% correspondeu a receita de Capital, enquanto a Despesa Orçamentária estadual alcançou R\$7,59 bilhões, com 7,80% de capital e o restante de despesas correntes, ocorrendo, portanto, saldo negativo com restos a pagar.

A dívida pública, em julho de 2018, corresponde a R\$ 2.185.605.049,21, sendo que desta 96% corresponde a compromissos da administração direta e o restante da administração indireta. O comprometimento com juros da dívida corresponde a 3,31% das receitas líquidas. Sergipe apresenta vulnerabilidade intermediária quanto ao endividamento, com 41,52 pontos, indicando um índice de endividamento de 69,40%, o que pressupõe ainda a possibilidade de endividamento, entretanto, a situação deve ser vista com cautela tendo em vista que o índice de liquidez alcança 185,49%(IPEA).

Sérios problemas devem ser enfrentados pela administração pública para desenvolver uma gestão eficiente e transparente. Dentre eles, destacam-se a necessidade de equacionar o déficit da previdência estadual que tem apresentado gastos bem superiores à sua arrecadação. Em 2017, os gastos com a previdência estadual atingiram quase dois bilhões de reais, enquanto a arrecadação foi inferior a um bilhão de reais. Dados de junho de 2018, segundo o Relatório da Previdência, são 32.181 beneficiários, entre aposentados (25.441) e pensionistas (6.740) que esperam ter os seus direitos garantidos, exigindo dos gestores solução para tão grave situação.

Outro problema são os gastos com pessoal, tendo em vista que os recursos alocados já se aproximam do teto constitucional, embora os salários dos servidores estejam defasados,

merecendo a consideração do gestor no sentido de atender os pleitos da categoria e a necessidade de ampliação dos quadros a fim de cumprir os objetivos e metas governamentais, conduzindo a melhoria da qualidade dos serviços para atendimento satisfatório da população.

Diante desse quadro, contata-se a exiguidade de recursos para a realização de investimentos indispensáveis para o fortalecimento das atividades econômicas e sociais. Assim, torna-se urgente o desenvolvimento de estratégias para buscar recursos de outras fontes, através de articulações institucionais, nacionais e internacionais.

O desafio é grande, mas confiamos na força desse grupo unido que enfrentará com destemor a busca da resolutividade dos problemas que afligem a gente sergipana.

ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

275. Promover a reestruturação administrativa do Governo, conferindo maior eficiência e efetividade na execução de políticas e racionalizando gastos públicos com transparência e responsabilidade social;
276. Implantar uma gestão qualificada, valorizando os servidores, especialmente os gestores públicos, e priorizar a nomeação de profissionais capacitados para o exercício dos cargos comissionados, sobretudo no primeiro e segundo escalão;
277. Ampliar e fortalecer a atuação da Escola de Administração, através da realização de programas de qualificação e capacitação dos servidores públicos, para melhorar o atendimento;
278. Promover estudos para realização de concurso público, de acordo com as demandas de toda estrutura governamental;
279. Aprofundar estudos para revisão do Plano de Cargos e Salários – PCS;
280. Estimular as empresas sergipanas a participar do processo de compras governamentais, aplicando o “Uso do Poder de Compra” para o fortalecimento dos fornecedores locais, através mecanismos de estímulo fiscal, com tratamento diferenciado à micro e pequena empresa e facilitado por linha de crédito de antecipação do BANESE;

281. Interiorizar, de forma territorializada, o Centro de Atendimento ao Cidadão – CEAC's, levando a prestação de serviços para mais próximo dos cidadãos;
282. Buscar estratégias para o equilíbrio das contas da previdência para sua sustentação, garantindo os direitos dos servidores e de pensionistas;
283. Modernizar a gestão pública, através do uso de tecnologia da informação – TI, com a implantação de plataformas de integração de sistemas, e promoção de encontros de startups, na busca de soluções para gestão;
284. Implantar o modelo de Governo Digital, transformando e simplificando os portais de secretarias e órgãos em ferramentas de prestação de serviços;
285. Ampliar os canais de comunicação com a população, através de ações de fortalecimento da Ouvidoria, com a criação do “Fala Nossa Gente”.

PLANEJAMENTO E CONTROLE

286. Implantar Sistema de Planejamento e Gestão Integrada, capaz de envolver todos os segmentos da gestão pública, buscando a eficácia, eficiência e efetividade das ações, a fim de proporcionar o desenvolvimento sustentável e a inclusão social;
287. Criar o Gabinete de Gestão Integrada, formado por secretários e presidido pelo Governador, visando acompanhamento e avaliação contínua do desempenho dos indicadores e cumprimento das metas pactuadas, estabelecida pelo Sistema de Planejamento e Gestão Integrada;
288. Criar Núcleos de Desenvolvimento Territorial em cada um dos oito territórios, em parceria com entidades organizadas da sociedade civil, com o objetivo de identificar demandas e ações objetivas;
289. Criar um Banco de Projetos, com equipe técnica qualificada, com o objetivo de elaborar projetos e captar recursos;
290. Melhorar a qualidade da gestão pública através da modernização de técnicas e procedimentos buscando maior eficiência das ações;
291. Implantar Sistema de Informação que integre as ações do Governo, com cobertura em todo Estado, evitando a superposição de ações e proporcionando economia dos gastos públicos;

292. Implantar programa de Parceria Público Privada – PPP, de concessões e de permissões, para possibilitar investimentos que melhorem e ampliem os serviços prestados à população;
293. Ampliar práticas de transparência, divulgando informações financeiras, licitações, balanços e outras ações de interesse público, democratizando o acesso à informações;
294. Fortalecer canais de participação e de controle social, a partir do diálogo com os diversos segmentos sociais e econômicos, lideranças políticas e sociais.

FINANÇAS

295. Aumentar a arrecadação do Estado, com foco na fiscalização das empresas que pratiquem concorrência desleal ou que comercializem produtos na informalidade, tornando a carga tributária compatível com ganho de produtividade;
296. Desenvolver estratégias para manter o equilíbrio das contas, com o intuito de manter os gastos de pessoal dentro dos limites legais e de realizar investimentos, capazes de reduzir as desigualdades sociais e territoriais;
297. Buscar outras fontes de recursos, a fim de realizar investimentos capazes de promover o desenvolvimento social e econômico;
298. Reduzir o impacto da “judicialização” da saúde nas finanças, através da instituição de Câmara Técnica no âmbito da Defensoria Pública, orientando as decisões judiciais;
299. Revisar os cálculos relativos aos valores a pagar dos precatórios, a fim de reduzir custos em razão do expurgo de juros sobre juros;
300. Articular, junto ao Senado Federal, a aprovação do projeto de Lei que propõe correção das dívidas dos Estados pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

301. Desenvolver estratégias para a integração dos três níveis de poder (federal, estadual e municipal) possibilitando investimentos que sejam capazes de reduzir as

desigualdades sociais e territoriais promovendo a inclusão social e o desenvolvimento sustentável;

302. Promover suporte técnico necessário aos municípios com menos de 20 mil habitantes, que não dispõem de estrutura administrativa e recursos financeiros para sustentar quadros especializados;

303. Promover ações integradas entre as secretarias e, em especial, com a Procuradoria e a Controladoria, reduzindo despesas e aumentando a eficiência da prestação do serviço público;

304. Estreitar o diálogo entre a Agência Reguladora do Estado de Sergipe - AGRESE com a sociedade civil organizada.